



Companhia de Saneamento Municipal -CESAMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei 7.762/90. Tem como objeto social o estudo, elaboração de projetos e execução de obras relativas à construção, ampliação e remodelação dos sistemas de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário, fixar e arrecadar as tarifas decorrentes dos serviços de água e esgoto, taxas e contribuições de melhorias instituídas por Lei, exploração de serviços de água potável e esgoto sanitário.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais



até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança

b) *Contas a receber*

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

c) *Provisão para crédito de liquidação duvidosa:*

É constituída para 100% do contas a receber vencido a mais de 180 dias. Contas a receber de valores até R\$5 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica “Despesas comerciais”.

d) *Estoques de materiais*

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, e estão classificados no ativo circulante.

e) *Créditos tributários*

Os créditos tributários são calculados considerando as conseqüências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo e passivo fiscal diferidos, decorrentes de provisão não dedutível e, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) *Imobilizado*

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações e amortização são calculadas de



acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 11.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo exceto outros valores e bens e créditos tributários for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

g) Intangível

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 12

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

j) Provisão para contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que



possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento

k) *Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido*

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A partir de maio de 2010 a Companhia obteve liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a CESAMA não realizou o recolhimento do imposto de renda devido a partir daquele mês.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

l) *Juros sobre capital próprio*

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

m) *Uso de estimativas*

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.



4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	2011	2010
Caixa	7	7
Banco	1.103	231
Aplicações financeiras	4.609	10.207
	<u>5.719</u>	<u>10.445</u>

As aplicações financeiras estão representados por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5 Créditos e contas a receber de usuários

	2011	2010
Valores a receber de usuários	14.997	13.160
Valores a receber partes relacionadas	622	609
Usuarios não identificados (1)	(313)	(278)
Total Contas a Receber	<u>15.306</u>	<u>13.491</u>
Outros recebimentos	20	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.842)	(10.063)
	(10.822)	(10.063)
	<u>4.484</u>	<u>3.427</u>

(1) A conta “usuários não identificados” representa valores recebidos no banco ainda não baixado no sistema da Companhia

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	2011	2010
A vencer	14	10
Vencidos até 30 dias	2.973	1.974
Vencidos de 31 a 60 dias	778	680
Vencidos de 61 a 90 dias	362	383
Vencidos de 91 a 120 dias	336	347
Vencidos de 121 a 150 dias	148	162
Vencidos de 151 a 180 dias	166	150
Vencidos acima de 180 dias	10.842	10.063
	<u>15.619</u>	<u>13.769</u>



5.1 Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a **contas a receber** com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Nome	31/12/2011	31/12/2010
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (2)	622	609
Total	622	609

- (2) Ao final do período a companhia realiza o encontro de contas vinculados a seus controladores, o encontro de contas e o confronto entre os créditos a receber da companhia com os dividendos e os juros sobre capital.

6 Estoque de materiais

O estoque da Companhia é composto de material de consumo e insumo, a saber:

Nome	31/12/2011	31/12/2010
Material Escritório	114	110
Material de Limpeza e Conservação	15	21
Equipamento de Segurança	60	67
Peças e Acessórios para veículos	172	162
Produtos Químicos	252	118
Ferramentas	19	38
Material Utilizado na manutenção (a)	2.747	2.856
Uniformes	102	156
Materiais para consumo	25	4
Total	3.506	3.532

- (a) Os estoques de material utilizado na manutenção referem-se basicamente materiais hidráulicos, elétricos e material de obra utilização na manutenção dos sistema de água e esgoto pela Companhia

7 Outros valores realizáveis (não circulante)

A Conta outros valores realizáveis de longo prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2011	31/12/2010
Convênios a receber	82	82
Prefeitura de Juiz de Fora	72	72
Retenções Processo trabalhista	330	330
Total	484	484



8 Impostos a recuperar

8.1. Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
IRRF s/ aplicações	567	392
Pasep	16	9
Cofins	71	41
Antecipação de imposto de renda	238	188
Antecipação de contribuição social	262	259
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	1	1
Total	1.155	890

9 Impostos diferidos

A Conta créditos tributários é composta da contas do Imposto de Renda Diferido e da Contribuição Social Diferida que em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2010	31/12/2010
Imposto de Renda Diferido (a)	1.016	1.016
Contribuição Social Diferida	366	366
Total	1.382	1.382

Os créditos referentes ao imposto de renda diferido são provenientes das Provisões de Crédito de Liquidez Duvidosa.

10 Programa de despoluição das bacias hidrográficas

Em dezembro de 2002, a Companhia firmou compromisso com a Agência Nacional de Águas – ANA, através do qual se comprometeu a construir e operar uma estação de tratamento de esgoto – ETE, com o cumprimento de determinadas metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras.

A construção foi iniciada em 16 de maio de 2003. A obra, concluída, está em funcionamento e o valor aportado pelo PRODES encontra-se depositado em conta bloqueada de investimentos, mantida na Caixa Econômica Federal, e apresentado nas demonstrações financeiras como ativo não circulante e passivo não circulante, e em 31 de dezembro de 2011 estão assim demonstrados:



	31/12/2011	31/12/2010
Ativo		
Bacias Hidrográficas	506	1.633
Passivo		
Bacias Hidrográficas	(506)	(1.633)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 2011 houve a liberação das parcelas 06/12, 07/12, 08/12, 09/12 e 10 /12 num total de R\$1.224 mil. Os valores são corrigidos mensalmente e reconhecidos como receita financeira quando da sua correção e os valores da parcelas como subvenções para investimentos no resultado e transferidas para a conta Incentivo Fiscal

11 Imobilizado

	<u>31/12/2011</u>			31/12/2010
	Depreciação			
Taxas anuais de depreciação %	Custo	acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos	1.624	-	1.624	1.610
Edificações	4	12.368	(8.740)	3.628
Concessões de Uso		1.985	-	1.985
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	(823)	18.235
Veículos	20	3.636	(2.569)	1.067
Máquinas equipamentos	10	8.674	(6.062)	2.612
Ferramentas	20	124	(46)	78
Móveis e Utensílios	10	479	(298)	181
Dierito de Uso		285	-	285
Sistema de Água	4	85.870	(54.439)	31.431
Sistema de Esgoto	4	54.234	(19.845)	34.389
Obras em Execução		46.063	-	46.063
Benfeitorias em Terceiros	10	662	(391)	271
Depreciação Acumulada Lei 8.200		-	(47)	(47)
Total		<u>235.062</u>	<u>(93.260)</u>	<u>141.802</u>
				<u>115.538</u>

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$ 5.513. (R\$ 5.517 em 2010) como custo na atividade e despesas gerais .



11.1 Movimentação do custo

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2010
Custo					
Terrenos		1.624	18	(4)	1.610
Edificações	4%	12.368	97	-	12.271
Concessões de Uso		1.985	-	-	1.985
Valor Justo de Edificações	1,43%	19.058	-	-	19.058
Veículos	20%	3.636	430	-	3.206
Máquinas equipamentos	10%	8.674	852	(33)	7.855
Ferramentas	20%	124	2	-	122
Móveis e Utensílios	10%	479	97	(10)	392
Dierito de Uso		285	75	-	210
Sistema de Água	4%	85.870	6.040	(154)	79.984
Sistema de Esgoto	4%	54.234	12.037	(156)	42.353
Obras em Execusão		46.063	17.903	(5.641)	33.801
Benfeitorias em Terceiros	10%	662	154	-	508
Total Custo		235.062	37.705	(5.998)	203.355
Depreciação Acumulada					
Edificações		(8.740)	(445)		(8.295)
Valor Justo Edificações		(823)	(277)		(546)
Veículos		(2.569)	(324)		(2.245)
Máquinas equipamentos		(6.062)	(426)	23	(5.659)
Ferramentas		(46)	(24)		(22)
Móveis e Utensílios		(298)	(22)	10	(286)
Sistema de Água		(54.439)	(2.281)	1	(52.159)
Sistema de Esgoto		(19.845)	(1.634)	1	(18.212)
Benfeitorias em Terceiros		(391)	(45)		(346)
Depreciação Acumulada Lei 8.200		(47)	-	-	(47)
Total da Depreciação		(93.260)	(5.478)	35	(87.817)
Total Líquido		141.802	32.227	(5.963)	115.538

- (a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

As baixas tanto do exercício de 2010, quanto do exercício de 2011, referem-se ao sucateamento natural dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e por leilões.



12 Intangível

12.1 Composição dos saldos

Em 31 de dezembro, o intangível estava demonstrado como segue:

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	31/12/2011	31/12/2010
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4%	1.065	1.065
Total custo		1.065	1.065
Depreciação acumulada			
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(486)	(444)
Total depreciação		(486)	(444)
Total líquido		579	621

12.2 Movimentação do custo

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2010
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4% a.a.	1.065			1.065
Total custo		1.065			1.065
Depreciação acumulada					
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(486)	(42)		(444)
Total depreciação		(486)	(42)		(444)
Total líquido		579	(42)	-	621

13 Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores	1.711	2.278
Empreiteiros (i)	2.296	475
Total	4.007	2.753

(i) Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.



14. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2011			31/12/2010		
	Circul.	Não Circ.	Total	Circul.	Não Circ.	Total
Em moeda nacional						
BDMG - Novo Soma	892	4.558	5.450	913	5.012	5.925
BDMG - Soma	-	888	888	-	-	-
CEF - Prosanear	53	2.238	2.291	60	2.157	2.217
CEF - Prosaneamento	581	1.938	2.519	508	2.563	3.071
CEF - Desnv. Instituc.	-	-	-	-	-	-
CEF - Adutora	1.595	6.648	8.243	1.285	6.525	7.810
CEF - Ampliação ETA	71	2.330	2.401	3	639	642
	3.192	18.600	21.792	2.769	16.896	19.665

	Encargos anuais	Período inicial	Vencimento final	31/12/2011	31/12/2010
Em moeda nacional					
Investimento em obras:					
BDMG - Novo Soma	8% + IGP-M	02/11/2005	02/11/2017	4.558	5.012
BDMG - Soma	8% + IPCA	16/09/2011	16/09/2026	888	-
CEF - Prosanear	6% + IGP-DI	20/12/1990	20/11/2029	2.238	2.157
CEF - Prosaneamento	6,5% + FGTS	02/03/2002	06/03/2017	1.938	2.563
CEF - Desnv. Instituc.	8% + FGTS	19/06/1998	06/03/2010	-	-
CEF - Adutora	8% + FGTS	28/06/2004	28/06/2016	6.648	6.525
CEF - Ampliação ETA	6% + FGTS	28/12/2007	28/12/1930	2.330	639
				18.600	16.896

As garantias dos empréstimos e encargos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto



15. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
INSS	658	671
IRRF	247	208
FGTS	242	221
PASEP	126	123
COFINS	582	565
SENAI	8	7
ISSQN	33	64
Convênio SESI	29	27
Convênio SENAI	20	18
Retenção Contribuição Lei 10.833	1	4
IRPJ	65	65
CSLL	99	99
Total	2.110	2.072

16. Outros passivos

A Conta outros débitos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
Ordenados e Salários	28	-
Depósito Judiciário	-	38
SENAI treinamento	20	9
SESI Assistência Social	52	42
Previdência Privada	47	-
Cauções de terceiros	114	96
Valores a restituir usuários (i)	542	423
Retenções P/Resp. Solidária	5	5
Outros Valores exigíveis (ii)	294	294
	1.102	907

17. Outros passivos

A Conta outras obrigações em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2010	31/12/2010
Concessão de Uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985

- (a) A conta cessão de uso corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde a CESAMA ocupa áreas cedidas por órgãos públicos sem ônus, apenas os custos de manutenção são custeados pela CESAMA.



18. Provisão para contingências

18.1 *Processos com probabilidade de perda provável*

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAMA mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Cível (a)	155	99	600	-
Trabalhista (b)	480	390	1.350	2.900
	635	489	1.950	2.900

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

18.2 *Processos com probabilidade de perda possível*

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2011 R\$ 1.268.232,71.

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.



- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

19. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela BRADESCO MULTIPENSIONS, entidade fechada de previdência complementar.

19.1 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

20. Instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.



A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” para se proteger desse risco.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAMA não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.



b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

21 Partes relacionadas

21.1 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2011 estão demonstrados na nota 5.1.

21.2 Remuneração dos empregados e administradores

As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Companhia, foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Companhia de Saneamento Municipal	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante		
Contas a receber	622	609
	<u>622</u>	<u>609</u>
Ativo não circulante		
Imobilizado - Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
Total ativo	<u>2.607</u>	<u>2.594</u>
Passivo circulante		
Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
Total passivo	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>

- (a) Os montantes de cessão de uso são referentes a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura utiliza o imóvel da CESAMA localizado na Av. Independência lojas 992 e 994 e em contra partida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

21.3 Operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.



A Cesama adota política de remunerações variáveis a seus diretores e pessoal chave que em 2011, conforme condições previstas nos respectivos contratos determinaram provisão no montante de R\$ 508 e em 2010 o valor de R\$ 446 reconhecidos em rubrica própria.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 61.000, representado por 61.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	60.994	99,99%
DEMLURB	6	0,01%
	61.000	100,00%

22.1 Reserva capital

A criação da Reserva de Incentivos Fiscais em 2011 foi decorrente dos recebimentos das parcelas do PRODES – Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas que tem a finalidade de transferir recursos financeiros da Agência Nacional de Águas – ANA, mediante a construção da Estação de Tratamento de Esgoto Barbosa Lage (ETE) e no cumprimento das metas de volume de esgoto tratado, totalizando o repasse no exercício de 2011 em R\$ 1.224 mil.

22.2 Reserva legal

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art 193 da Lei 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo registrado é de R\$ 3.457 mil.

22.3 Reserva para plano de investimentos

Em 2011, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, foi decidido aumentar o capital da companhia, conforme decisão descrita em ATA. Os recursos foram provenientes da transferência dos Lucros Acumulados no montante de 33.583.

22.4 Dividendos

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica “despesas financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 6% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.



Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2011
Lucro Líquido	23.769
Reserva Legal (5%)	(1.188)
Reserva Incentivos Fiscais	(1.224)
	<hr/>
Base de Cálculo dos Dividendos	21.357
Dividendos	1.281
Juros sobre o Capital Próprio	2.600
Valor Líquido para distribuição	<hr/> 3.881 <hr/>

23 Receita operacional líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, que estão distribuídos a saber

	31/12/2011	31/12/2010
Serviços de Água		
Tarifa de Água	62.719	57.134
Ligações	952	933
Cortes e Sanções	422	476
Ampliações Redes	217	166
Outros Serviços Técnicos	69	173
	<hr/> 64.379 <hr/>	<hr/> 58.882 <hr/>
Serviços de Esgoto		
Tarifa de Esgoto	53.911	49.200
Ligações	371	364
Cortes e Sanções	1	1
Ampliações Redes	950	788
	<hr/> 55.233 <hr/>	<hr/> 50.353 <hr/>
Receita Bruta	<hr/> 119.612 <hr/>	<hr/> 109.235 <hr/>
Cancelamentos	(1.416)	(1.609)
Pis sobre faturamento	(1.362)	(1.333)
Cofins sobre faturamento	(6.284)	(6.140)
Receita Líquida	<hr/> 110.550 <hr/>	<hr/> 100.153 <hr/>



24 Custo dos serviços prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
Custos dos Sistemas		
Sistema de Água		
Pessoal	13.165	12.361
Material e insumos	7.040	5.498
Serviços de terceiros	4.760	4.667
Despesas gerais	9.341	9.407
Depreciações e Amortizações	2.327	2.168
	<u>36.633</u>	<u>34.101</u>
Sistema de Esgoto		
Pessoal	6.158	5.648
Material e insumos	2.575	1.998
Serviços de terceiros	4.294	4.422
Despesas gerais	1.262	1.100
Depreciações e Amortizações	1.676	1.447
	<u>15.965</u>	<u>14.615</u>
Total dos Custos dos Sistemas	<u><u>52.598</u></u>	<u><u>48.716</u></u>

25 Despesas ferais e administrativas

As despesas Gerais e Administrativas estão demonstradas como segue:

	2011	2010
Administrativas		
Pessoal	24.607	23.940
Materiais e Insumos	596	527
Serviços de Terceiros	3.703	3.439
Depreciações	1.511	1.491
Provisão P/Crédito de Liquidez Dúvidosa (*)	780	6.731
Provisão com Contingência Trabalhista	950	1.099
Multas de Infração	18	5
Indenizações	320	1.570
Outras Receitas	(1.070)	(747)
	<u>31.415</u>	<u>38.055</u>
Gerais	<u>1.473</u>	<u>1.647</u>
Total	<u><u>32.888</u></u>	<u><u>39.702</u></u>



26 Imposto de renda e contribuição social

26.1 Imposto de renda

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes dos impostos e contribuições	25.851	9.619
<u>Adições</u>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	6.731
Provisão para contingências	-	1.100
Patrocínio	-	73
Outras adições	-	315
	-	8.219
<u>Exclusões</u>		
Juros sobre Capital Próprio	-	1.524
	-	1.524
Base de cálculo	25.851	16.314
Alíquota - 15%	-	2.447
Alíquota - 10%	-	1.607
Incentivos fiscais	-	(2.416)
	-	1.638

A Companhia impetrou Ação Ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, devendo ser protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010 foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3º Vara de Juiz de Fora a favor da Companhia. Neste sentido, a CESAMA não contabilizou e não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício.



26.2 Contribuição social

O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas Demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes dos impostos e contribuições	25.851	9.619
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	780	6.731
Provisão para contingências	-	1.100
Patrocínio	41	73
Outras adições	57	318
	878	8.222
Exclusões		
Reversão provisão para contingências	950	-
Juros sobre Capital Próprio	2.600	1.524
	3.550	1.524
Base de cálculo	23.179	16.317
Alíquota - 9%	2.087	1.469
	2.087	1.469

27 Seguros (não auditado)

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multi-riscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

* * * * *

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA

Cláudio Horta Mendes
Diretor Presidente

Maria Clara Correia de O. Cyrne
Diretora Financeira e Administrativa

Joaquim Tarcísio Guedes Tostes
Diretor Técnico Operacional

Robson Dutra Ferreira
Contador CRC-MG 070057/O-0